

Uma leitura sobre o resgate do “comum” à luz do pontificado do Papa Francisco

A reading on the rescue of “common” in the light of the
pontificate of Pope Francis

Ronivalder Biancão¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma leitura interdisciplinar sobre o “comum”, uma categoria política de grande relevância na reflexão atual com respeito às formas de organização social e econômica. Para esta explanação, contou-se com os valiosos estudos sociológicos de Pierre Dardot e Christian Laval sobre a categoria dos “comuns” e com estudos que salientam os aspectos teológicos presentes na atuação e reflexão sociopolítica do Papa Francisco. Este artigo tem por objetivo mostrar a relevância de se resgatar a noção do “comum” e como o pontificado do Papa Francisco se aproxima desta empreitada, ao apostar e defender, sob inspiração cristã, modos alternativos de se viver as relações sociais e econômicas, distintos da lógica neoliberal.

Palavras-chave: Comum; Pierre Dardot e Christian Laval; Neoliberalismo; Papa Francisco; Doutrina Social da Igreja.

Abstract: This article presents an interdisciplinary reading of the “common”, a relevant political category in the current reflection on the forms of social and economic organization. For this explanation, we relied on the valuable sociological studies of Pierre Dardot and Christian Laval on the category of “commons” and on a study that highlights the theological aspects in the socio-political actions and reflections of Pope Francis. This article aims

Artigo recebido em: 16 de fev. de 2023
Aprovado em: 20 de fev. 2023

¹ Graduado em Filosofia e em Teologia pela Faculdade de São Bento de São Paulo. Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

to show the relevance of rescuing the notion of “common” and how the pontificate of Pope Francis approaches this endeavor, by betting and defending, under Christian inspiration, alternative ways of living social and economic relations, different to the neoliberal logic.

Keywords: Common; Pierre Dardot and Christian Laval; Neoliberalism; Pope Francis; Social Doctrine of the Church.

Introdução

Desde o início do século XXI, a categoria dos “comuns” tem ocupado, de modo cada vez mais frequente, tanto o campo da reflexão teórica quanto os espaços de lutas por diferentes grupos sociais. Isso se deve, sobretudo, à solidificação do pensamento neoliberal o qual tomou toda a existência humana, a ponto de o neoliberalismo tornar-se uma ordem mundial, com implicações sociais e econômicas bastante drásticas nos países menos desenvolvidos, vítimas do colonialismo imperialista.

Autores como Pierre Dardot e Christian Laval se destacam na atualidade, por fazerem um trabalho expressivo não somente sobre a arqueologia do comum, mas também uma reflexão séria e bem fundamentada de como esta importante categoria política é inspiradora para se pensar formas de organização social e econômica para além do capitalismo dominante. Apesar dos fracassos dos países comunistas, esses autores ajudam os leitores a terem uma visão crítica capaz de separarem o ideal do “comum”, das práticas trágicas ocorridas no passado, e a se libertarem da visão dogmática de que não seja possível mudanças e melhoras no sistema econômico senão pela via do neoliberalismo.

É importante salientar que esta virtuosa preocupação do resgate do “comum” pode ser encontrada no catolicismo, de modo ainda mais expressivo depois do Concílio Vaticano II. A Doutrina Social da Igreja se apresenta como o resgate da força vital do Evangelho no campo social o qual o Papa Francisco praticamente assumiu como “cartilha” de seu pontificado. Suas iniciativas, escritos, diversos discursos e mensagens dirigidas a diferentes grupos de pessoas e eventos, carregam uma nítida preocupação pelo “comum”.

Na exposição que se segue serão apresentados, primeiramente, a noção do “comum” e, de modo conciso, o itinerário dessa categoria inspiradora na história do último século, tendo como base os estudos de Dardot e Laval sobre o tema. Em seguida, trazendo para o campo religioso de tradição católica, será feita uma apresentação sobre as bases teóricas e influências presentes no magistério de Francisco,

para, enfim, servindo-se desse cabedal de informação, pontuar os temas recorrentes sobre os quais o Romano Pontífice se debruça em seu magistério, e que se apresentam como valiosa contribuição para o resgate do “comum”.

1. A noção de “comum”

A categoria do “comum” precisa ser compreendida para além de uso meramente extensivo da palavra (“bem comum” ou “bens comuns”). Dardot e Laval recordam que a etimologia da palavra, nas suas variadas acepções, adquire significado à luz da literatura etnológica e sociológica no tocante aos estudos sobre as múltiplas formas de troca nas sociedades humanas. Os termos latinos “*communis*”, “*commune*”, “*communia*” ou “*communio*”, formados a partir da articulação de “*cum*” e “*munus*”, designam não apenas o que é “posto em comum”, mas também, e principalmente, os que têm “encargos em comum”. Essa designação traz a ideia de obrigação de reciprocidade ligada às responsabilidades públicas.²

Os termos gregos “*koinon*” (“comum”) e “*koinonein*” (“pôr em comum”) ampliam essa noção com Aristóteles. Na concepção aristotélica, “são os cidadãos que deliberam em comum para determinar o que convém à cidade e o que é justo fazer”.³ Depreende-se disso que não é apenas “viver juntos” (pois mesmo o gado pode fazê-lo num pasto), mas uma ideia de reciprocidade, de “pôr em comum palavras e pensamentos”, a fim de se produzir, por legislação e deliberação, os costumes e regras de vida daqueles que se propõem a um objetivo comum.⁴

O problema que se postula com o decorrer da história é que a noção teológico-política de “bem comum” passa por uma redefinição e reatualização pelo recurso da categoria jurídico-econômica de “bens comuns”. As representações do comum que aparecem ganham influência teológica, jurídica ou filosófica com acentos diferenciados e disputas por vários setores.⁵

Outro problema que Dardot e Laval alertam é para o perigo da “reificação do comum”, entendida como a inserção do “comum” na essência de certas coisas exteriores ao homem, vedando-lhe a possibilidade da apropriação. Na “*res communis*” (“coisa comum”),

² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 22.

³ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 23.

⁴ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 23-24.

⁵ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 24-29.

segundo o entender do direito romano, confundia-se a noção de “comum” e de “público”, no sentido de parecer ser de todos e de ninguém ao mesmo tempo. A despeito da complexidade do assunto no campo jurídico, uma lógica naturalista levaria também a posturas mais exacerbadas, o que implicaria uma inapropriabilidade a partir da preexistência de uma realidade a qual lhe impõe uma norma.⁶ Os autores deixam claro que o caminho mais adequado para se pensar o “comum” não é essencializando-o, nem reduzindo-o à qualidade de um juízo ou à qualidade de um tipo de homem, tampouco um princípio moral abstrato, mas na relação do “comum” com a práxis humana:

[...] é preciso afirmar que somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexista a essa atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe “universalidade”, só pode tratar-se de uma universalidade prática, ou seja, a de todos os indivíduos que, em dado momento e em dadas condições, se encontram engajados numa mesma tarefa. [...]. O comum não é um bem, e o plural nada muda nesse aspecto, porque ele não é um objeto ao qual deva tender à vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial.⁷

Por se tratar, portanto, de uma práxis, para pensar o surgimento da categoria do “comum”, Dardot e Laval explicam que “a reivindicação do comum foi trazida à luz primeiro pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial”.⁸ Desse modo, o “comum”, na visão dos autores, se apresenta para os tantos movimentos sociais e correntes de pensamento como o vetor de oposição à ampliação da apropriação privada em todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida, mas sob novas formas, não àquelas atreladas ao ideal comunista do passado. Isso fica mais nítido quando se analisa a história do próprio comunismo.

⁶ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 29-34.

⁷ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 40.41.

⁸ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 16.

2. O “comum” e os modelos de comunismo

Apesar dos efeitos desastrosos que os regimes comunistas tiveram no seu processo de estabelecimento, Dardot e Laval examinam a história do comunismo enquanto abertura de um novo futuro para as lutas de emancipação, mas com aquela lucidez capaz de separar o ideal de emancipação da sinistra realidade do terror de Estado. Segundo os autores, o grande desafio para uma leitura como essa, reside, principalmente, no silêncio dos intelectuais por ocasião dos percalços e tragédias dos “modelos comunistas”, o qual acabou transformando o comunismo burocrático no grande buraco negro do pensamento político atual. Esse silêncio é o principal sintoma de perturbação intelectual e política que provocou tanto o afastamento da busca de uma política alternativa quanto a incapacidade de produzir uma forma crível de tal política.⁹

Os autores defendem que o comunismo teve inspirações interessantes, mas, no seu desenvolvimento, acabou apresentando-se contra o próprio “comum”. No primeiro modelo de comunismo, o da “comunidade de vida”, desenvolveu-se um modelo ideal de “excelência da comunidade”, o qual encontrava seu fundamento teórico em Platão, em sua obra *A República*. O filósofo emprega o termo “comunidade do prazer e da dor” para designar uma ideia de unidade substancial de caráter indiviso, na qual não está em jogo a oposição entre “propriedade privada” e “propriedade comum”, mas o ideal de uma comunidade de vida, uma comunidade moral.¹⁰

Foi este modelo que atraiu profunda atenção intelectual dos primeiros pensadores do comunismo entre os anos 1830 e 1840, que frequentemente remeteram sua reflexão para as origens religiosas do *Antigo Testamento* e dos *Atos dos Apóstolos* no intuito de embasar a renúncia da propriedade privada, entendida como a responsável pelas injustiças e desigualdades. Ainda que autores como Restif, Babeuf, Buonarroti, Cabet introduziram no séc. XIX a dimensão revolucionária às causas que defendiam, esse período ficou dominado pelo modelo moral de comunidade, com a finalidade clara de se restaurar uma igualdade originária.¹¹

No modelo do comunismo da “associação livre de produtores”, a preocupação não está na comunhão de bens nem no consumo coletivo, mas na organização do trabalho, segundo a lógica da associação (uma “sociedade de indivíduos”) com vistas à

⁹ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 52.

¹⁰ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 52.

¹¹ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 57-58.

reconstituição do vínculo social desfeito pela ordem mercantil. Marx e Engels são os principais representantes dessa virada socialista/associalista, na qual a sociedade civil acaba sendo considerada essencialmente econômica.¹²

Dardot e Laval, pontuam que esses autores se baseavam na ideia de que existiria uma lei conscrita na história a qual conduziria a sociedade naturalmente rumo ao comunismo. Por isso, houve a tentativa (fracassada, segundo Cornelius Castoriadis) de se estabelecer novas relações de produção, mas que no fundo, assimilaram a mesma lógica capitalista. Neste modelo o desserviço ao “comum” se deu no apego à ideia ilusória de que o “comum” seria dado imediatamente dentro de um processo de industrialização em curso. Além disso, conceber uma sociedade desvinculada de um governo econômico é levar a política à extinção, visto que a sociedade acaba se dissolvendo na dinâmica da associação de produtores.¹³

No “comunismo de Estado”, encontra-se o modelo mais destrutivo do “comum”. Aqui ocorre o que Dardot e Laval chamam de “captura burocrática do comum pelo Estado”, pois o que marca esse modelo são os inúmeros cerceamentos em forma de terrorismo estatal. Os autores explicam que a partir do ano de 1917, muitos países mudaram a busca do estabelecimento de um Estado-partido revolucionário para um Estado-policia burocrático, o que ocasionou a colonização dos partidos e órgãos populares e o desenvolvimento de aparelhos que tomaram o lugar das assembleias gerais. Os autores frisam que o fracasso final do comunismo se deu com a assunção de um regime totalitário, no qual a criação de um Estado-partido pretendeu substituir em tudo as forças e as interações da sociedade no intuito de dirigir seu “desenvolvimento” de cima para baixo, valendo-se da administração das coisas e não do governo dos homens.¹⁴

Apesar de tudo isso, o comum de produção do Estado burocrático foi contestado por um levante comum da democracia. É emblemático o caso da Revolução Húngara de 1956 na qual a “revolução total” representou um grande movimento de desprofissionalização da política e ao mesmo tempo de politização universal da sociedade. Isso foi possível graças à retomada dos dispositivos de participação e decisão nos assuntos econômicos, como os conselhos operários os quais foram precedidos por três fenômenos: o restabelecimento da democracia direta e seu enraizamento nas

¹² DARDOT; LAVAL, 2017, p. 60-61.

¹³ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 63.

¹⁴ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 64-66.

coletividades para além das fábricas, e as reivindicações relativas à autogestão e à abolição das normas de trabalho.¹⁵

Esse fenômeno na Hungria demonstrou que era necessário libertar o comum da captura feita pelo Estado, ficando claro que a “realização” do comum na forma de propriedade do Estado só acarreta à destruição do comum pelo próprio Estado, e que, apesar disso, se alguma coisa do comum sobrou, foi devido à resistência a esse apoderamento estatal.¹⁶ A este respeito, o séc. XXI se mostra como o momento da “revolução da revolução”, onde o comum encontra a sua expressão mais alta.

3. O “paradigma dos comuns” frente à governamentalidade neoliberal

O termo “comuns”, a partir dos anos de 1980, aparece no contexto de lutas, práticas, direitos e formas de viver que se apresentam contrários aos processos de privatização e mercantilização vigentes. Dardot e Laval explicam que nesse novo momento da história, convergem-se esforços em torno do “comum” em escala global, de maneira a contemplar os variados tipos de recursos, atividades e práticas, e todas as populações do mundo. A nova “revolução da revolução” que dá sentido aos diferentes aspectos dos “comuns” (movimentos ambientalistas, movimentos antineoliberais e anticapitalistas) “é a exigência de uma nova forma, mais responsável, duradoura e justa de gestão ‘comunitária’ e democrática dos recursos comuns”.¹⁷

O movimento dos “comuns”, segundo os autores, é uma resposta à “pilhagem” realizada pelo Estado e pelos oligopólios privados daquilo que é do domínio público, do Estado social ou que está em controle de comunidades locais. A grande apropriação ocorrida no fim dos anos de anos 1980 e durante os anos de 1990 nos antigos países comunistas e nos países capitalistas de periferia, geraram a cessão e privatização da grande maioria de serviços à população. Em trinta anos, os efeitos nas relações sociais foram consideráveis, podendo ser resumidas em: polarização, despolitização e fragmentação a nível universal. A nova onda de apropriação e lógica concorrencial do setor privado (as multinacionais) passou a contar com a obra conjunta do poder público, fazendo nascer um novo

¹⁵ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 68-69.

¹⁶ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 72-73.

¹⁷ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 80.

conceito de poder dessa hibridização neoliberal do “público-privado”: a “governança”.¹⁸

A reivindicação do comum nesses campos da apropriação e espoliação vai na linha de reatar com a tradição que lutou contra a lógica proprietária – a mesma que deu o arcabouço jurídico ao capitalismo. Assim, o paradigma dos comuns se define expressamente contra a expansão lógica e mercantil do neoliberalismo caracterizado por um movimento geral de “cercamento” e mercadorização sem limites políticos nem morais. Os recursos naturais, os espaços públicos, o patrimônio cultural, as instituições educacionais e a comunicação são objetos desse cercamento que se realiza nitidamente, por exemplo, no controle, desenvolvimento e monopolização de patentes, e no açambarcamento de terras, água e outros recursos naturais. Além dos efeitos sociais da desigualdade e exclusão ocasionados pela transformação do “domínio público” em “capital”, ocorre a atomização cada vez maior da sociedade em indivíduos-consumidores indiferentes ao destino comum.¹⁹

O chamado “paradigma dos comuns” (no plural, pois são vários os setores que assumem essa empreitada) pode ser compreendido em sentido defensivo (defesa dos recursos comuns, desde recursos naturais e tecnológicos até relações sociais e dispositivos de controle sobre o mercado) ou ofensivo (promoção das práticas comunais). Neste paradigma, cria-se uma cultura econômica capaz de mostrar que a riqueza não provém somente dos donos de capital, mas também de sociedades e comunidades que põem em comum saberes e competências. Dardot e Laval recordam a contribuição de Naomi Klein, autora ligada a movimentos globais, que afirma que a reivindicação dos *commons* é capaz de unir as tantas articulações e movimentos distintos sob a consciência de uma mesma ameaça comum: “a privatização de todos os aspectos da vida cotidiana e a transformação de toda atividade e todo o valor em mercadoria”.²⁰

Dardot e Laval destacam que a temática dos comuns tem poder de atração por fazer convergir esforços e lutas contra os aspectos nocivos do neoliberalismo e a favor de uma nova organização social no horizonte da solidariedade, da partilha e do respeito ao meio ambiente. Na América Latina, as tantas lutas entre povos e multinacionais apoiadas pelo poder estatal, que ocorreram principalmente entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, são expressões não somente de uma articulação a nível local, mas algo que

¹⁸ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 81-82.

¹⁹ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 83-85.

²⁰ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 85-87.

atinge a esfera global, pois no fundo se travou uma verdadeira luta a favor da humanidade contra o neoliberalismo.²¹

A partir desse ponto do trabalho de Dardot e Laval é possível uma aproximação com Francisco: trata-se de um Papa proveniente da América Latina, que conheceu de perto essas lutas e que foi influenciado por uma teologia de grande valia frente ao cenário de opressão pelo lucro e a ambição crescente do capital. Os documentos do magistério eclesial no pontificado de Francisco e suas iniciativas se expressam como um grande vetor dos comuns para a sociedade pós-moderna, dada a preocupação do Pontífice em não apenas suscitar reflexões, mas também apontar caminhos, numa espécie de reorientação da noção do senso social. De fato, ele realiza isso a partir de seu contexto vital como cristão e católico, todavia, sua mensagem está em perfeita consonância com os anseios latentes de uma política e economia diferentes da lógica neoliberal.

4. As fontes e as inspirações do Papa Francisco

É inegável que o Papa Francisco seja um exemplo de liderança efetiva. Além de ele estar unido solidariamente às bases, com suas dores e lutas, e assumir o nome e a espiritualidade de Francisco de Assis, o Pontífice já deixou evidente a todos que ele está munido de um cabedal teórico sólido o qual o dotou da capacidade de apontar caminhos práticos para todas as pessoas de boa vontade, sejam elas cristãs ou não, crentes ou não.²² Depois de vários documentos escritos e de mais de oito anos de governo à frente da Igreja Católica, é possível identificar com bastante clareza as fontes e inspirações para o seu serviço à caridade com ênfase nas questões sociais. São basicamente três: a Doutrina Social da Igreja, a Teologia do Povo e o pensamento do filósofo Romano Guardini.

Como bem recorda Almeida, a *Doutrina Social da Igreja* (DSI)²³ inicia em 1891²⁴ com a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa

²¹ DARDOT; LAVAL, 2017, p. 87-88.

²² MACCARI, Vilmar Dal Bó. Contribuição do Papa Francisco à Doutrina Social da Igreja: um percurso de posicionamentos sociopolítico-econômicos. *Revista Encontros Teológicos*, v. 36. 2021, p. 114.

²³ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2001.

²⁴ Entenda-se por “início” a promulgação de uma primeira encíclica de caráter social pela Igreja, o que não significa que a mesma não tenha tido papel importante na sociedade em termos de intervenções e reflexões de inspiração evangélica diante dos problemas complexos vinculados à

Leão XIII, na qual o Pontífice elenca preocupações com relação à condição de miséria da classe operária naquele complicado contexto de consolidação do liberalismo na atividade econômica e da classe burguesa à frente do poder político.²⁵ Desde então, em cada época, vários papas (também Conferências Episcopais e bispos) publicaram documentos refletindo sobre as questões sociais, a fim de se buscar respostas aos desafios socioculturais para cada tempo e lugar.²⁶

A DSI se insere no campo teológico moral, não se limitando ao segmento cristão, mas apresentando princípios que podem guiar todos na construção da justiça e da paz em nível universal.²⁷ Considerando, também a teologia Conciliar de um *aggiornamento* da Igreja e sua abertura para o mundo, tanto a encíclica *Evangelii Gaudium* (EG)²⁸, como as exortações apostólicas *Laudato Si* (LS)²⁹ e *Fratelli Tutti* (FT)³⁰ do Papa Francisco, são fortes expressões dessa rica tradição eclesial para hoje.

A Teologia do Povo (*Teologia del Pueblo*), nascida na Argentina com o documento inaugural *Declaração de São Miguel*, de 1969, sob inspiração da Conferência de Medellín, apresenta categorias marcantes as quais influenciaram bastante os jesuítas argentinos desse período, entre os quais, estava o jovem padre Bergoglio. Segundo Maccari, “a Teologia do Povo não era certamente uma versão conservadora e pré-conciliar, mas igualmente não concebia o povo em termos sociológicos e marxistas como fazia a Teologia da Libertação”.³¹

Pautada na “opção preferencial pelos pobres”, na Teologia do Povo se reconhecia a importância da fé popular, da oração, do diálogo com a cultura latino-americana nas suas expressões concretas, superando, assim, o horizonte ideal marxista do primado da praxe e da (contra)violência revolucionária. Como pontua Maccari, esses traços, por si, já explicam a negligência em se atribuir a Francisco o

estrutura da convivência humana (ALMEIDA, André Luiz Boccato de. *Moral Social*. Coleção Iniciação à Teologia Cristã. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 142-143).

²⁵ ALMEIDA, 2021, p. 146.

²⁶ TREVISAN, Tiago; WOLF, Elias. A Doutrina Social no magistério de Francisco. *Revista Encontros Teológicos*, v. 36, 2021, p. 109-110.

²⁷ TREVISAN; WOLF, 2021, p. 110-111.

²⁸ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

²⁹ FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/ Loyola, 2015.

³⁰ FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

³¹ MACCARI, 2021, p. 136-137.

adjetivo “marxista”, como tipicamente o fazem setores extremistas e neoconservadores – embora o próprio Papa em nada se sinta ofendido com isso, dada sua solidariedade e compromisso reais com os pobres.³²

Olhando um pouco para a base hermenêutica do pensamento do Papa Francisco, tem grande importância e destaque a influência de Romano Guardini. Maccari explica que na *Evangelii Gaudium*, onde o Papa trabalha critérios sociais, e na *Laudato Si*, onde existe forte crítica ao paradigma tecnocrático, estão presentes o pensamento desse filósofo. Em vista da cara abordagem que Francisco costuma fazer sobre os principais contrastes pessoais-sociais-políticos, estão presentes aí a “teoria da oposição polar”. Nesta teoria, explica Massimo Borghesi, a vida humana é estruturada de forma positiva, pois afirma-se que os dois polos contrários não se anulam, nem se destroem, visto que nesse processo de superação de limites – possível num plano superior a eles – as oposições ajudam, mesmo com a tensão presente.³³ Essa teoria guardiniana, faz lembrar de imediato a insistência do Papa Francisco na encíclica *Fratelli Tutti* por uma cultura do diálogo.³⁴

5. O pensamento sociopolítico de Francisco

Na análise feita por Maccari sobre a contribuição de Francisco para a DSI, este autor sustenta que o pensamento sociopolítico do Papa argentino consiste em quatro princípios ou eixos³⁵, os quais estão presentes na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: “o tempo é superior ao espaço”, “a unidade prevalece sobre o conflito”, “a realidade é mais importante do que a ideia”, e “o todo é superior à parte”.³⁶ Estes princípios, conforme salientam Trevisan e Wolf, fazem referência ao bem comum que, por sua vez, está referenciado à paz social.³⁷

Sobre o primeiro eixo, o Papa deixa claro que afirmar a superioridade do tempo em relação ao espaço é assumir que este é ordenado por aquele, de modo que, aplicando este princípio à sociopolítica, há uma necessidade fundamental de se privilegiar os tempos dos processos, e não os espaços de poder quando se trata de

³² MACCARI, 2021, p. 135.137.149.

³³ MACCARI, 2021, p. 141-142.

³⁴ FT 198-224.

³⁵ MACCARI, 2021, p. 142.

³⁶ EG 222-237.

³⁷ TREVISAN; WOLF, 2021, p. 115.

novos dinamismos para a sociedade. Francisco quer dizer com isso que a ocupação precisa concentrar forças mais na iniciação de processos do que na posse de espaços.³⁸ Maccari comenta que “este eixo é um exercício que exige ter presente um horizonte antropológico que considere a primazia do ser humano e a plenitude da existência humana nas relações sociais.”³⁹

Sobre o segundo eixo, entende-se que o conflito é o meio de se buscar uma diversidade reconciliada. No entender de Francisco, pela aceitação do conflito e sua superação, assume-se sua dimensão enquanto processo rumo à unidade, capaz de evitar a fragmentação da realidade.⁴⁰ Maccari comenta que no horizonte da “dialética bergogliana”, este eixo requer solidariedade, inclusão e participação.⁴¹

Com respeito ao terceiro eixo, o Papa reforça que, diferentemente das realidades que são algo dado, as ideias são fruto de elaborações. Neste sentido, este princípio defendido por Francisco visa evitar formas danosas de ocultação da realidade, tais como os totalitarismos do relativo, os purismos angélicos, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, entre outros. A ideia, portanto, está a serviço da captação da realidade com o intuito de iluminá-la.⁴²

No quarto e último eixo, tendo como pano de fundo o equilíbrio na tensão gerada entre globalização e localização, prevalece a ideia de que o todo não é a mera soma das partes que o compõe. Nesse sentido, o Papa alerta para o perigo de se viver demasiadamente obcecado pelas questões particulares, negligenciando um bem maior que beneficie a todos. A imagem do poliedro que Francisco apresenta é rica de significado: nele de confluem todas as partes, numa unidade, sem perder sua originalidade. Trazendo para o campo político, é a imagem da totalidade de pessoas que na busca do bem comum, são todos incorporados verdadeiramente.⁴³

Advêm desses quatro princípios, alguns pressupostos à luz da dialética da oposição polar de Francisco herdada de Guardini, os quais, segundo observação de Maccari, se traduzem em quatro “nãos”, que por sua vez, devem ser assumidos frente aos desafios do mundo atual⁴⁴: “não à uma economia da exclusão”, “não à nova idolatria do

³⁸ EG 222-225.

³⁹ MACCARI, 2021, p. 142.

⁴⁰ EG 226-230.

⁴¹ MACCARI, 2021, p. 142.

⁴² EG 231-233.

⁴³ EG 234-237.

⁴⁴ MACCARI, 2021, p. 143.

dinheiro”, “não à um dinheiro que governa em vez de servir” e “não à desigualdade social que gera violência”.⁴⁵

6. A voz de Francisco em favor dos “comuns”

As contribuições concretas do Papa Francisco para o resgate dos “comuns” vão ao encontro das interpelações e constatações que Dardot e Laval fazem em sua obra conjunta. A partir delas, temas trabalhados pelos autores aparecem no pensamento sociopolítico de Francisco, dentre os quais três de modo especial: a falácia da filosofia neoliberal como sendo a única via de desenvolvimento possível; as lutas como elemento de construção de uma nova ordem social e econômica; e a necessária articulação global contra um pensamento que é igualmente global.

Com respeito ao primeiro tema, na *Evangelii Gaudium*, primeira obra mais consistente de Francisco, ele denuncia as “teorias da recaída favorável”, nas quais o crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, supostamente conseguiria produzir por si mesmo maior equidade e inclusão social no mundo. Ele alerta que isso não passa de uma confiança vaga e ingênua na “bondade” daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante.⁴⁶ Embora esse documento seja aquele que apresenta as linhas-mestras de seu pontificado, já aparecem nele a preocupação e prioridade pelos mais indigentes,⁴⁷ posturas firmes contra a autonomia absoluta do mercado e da especulação financeira⁴⁸ e ainda exortações com respeito aos governos que agem à margem da responsabilidade comum.⁴⁹

Na *Laudato Si*, o tema já é abordado de modo bastante explícito, relacionando-o com a degradação do planeta, que o Pontífice chama de “casa comum”. Sustentando que crise ambiental e crise social estão interligadas numa única crise complexa,⁵⁰ Francisco é certo em sua crítica à lógica neoliberal ao desnudar a aliança destrutiva entre mercado e tecnocracia.⁵¹ Na *Fratelli Tutti*, o Papa apresenta os limites da visão liberal, comparando suas “soluções mágicas” ligadas à “teoria do gotejamento”:

⁴⁵ EG 53-59.

⁴⁶ EG 54.

⁴⁷ EG 56.59.186.200.

⁴⁸ EG 60.204.

⁴⁹ EG 204.

⁵⁰ LS 139.

⁵¹ LS 109.

O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do “derrame” ou do “gotejamento” – sem a nomear – como única via para resolver os problemas sociais. Não se dá conta de que a suposta redistribuição não resolve a desigualdade, sendo, esta, fonte de novas formas de violência que ameaçam o tecido social. Por um lado, é indispensável uma política económica ativa, visando “promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial”, para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua a fazer estragos. Por outro lado, “sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função económica. E, hoje, foi precisamente esta confiança que veio a faltar”. O fim da história não foi como previsto, tendo as receitas dogmáticas da teoria económica imperante demonstrado que elas mesmas não são infalíveis.⁵²

Sobre o segundo tema, Francisco, que em seus documentos e pronunciamentos tanto insiste na cultura do diálogo, muito se preocupa também com a união de forças em vista de um objetivo comum para humanidade, única atitude capaz de gerar verdadeira comunhão e desenvolvimento integral de todos.⁵³ Analisando algumas de suas mensagens e discursos, destacam-se aqueles destinados aos movimentos populares, os quais tiveram a oportunidade de se reunirem mais de uma vez a nível internacional. Estes encontros, sem dúvidas, “constituem momentos cruciais de elaboração e expressão do pensamento econômico no atual pontificado”.⁵⁴

⁵² FT 168.

⁵³ EG 203.219.221.249; LS 23.164.202; FT 17.96.228.

⁵⁴ RAUPP, Klaus da Silva; SUSIN, Luiz Carlos. A Economia segundo Francisco: aspectos principais do Pensamento Econômico no atual Pontificado a partir da mensagem do Papa aos participantes do evento “The Economy of Francesco”. *Revista de Cultura Teológica*, n. 98, 2021, p. 204.

No encontro de 2014 em Roma, Francisco se dirige aos participantes como verdadeiro companheiro de caminhada, ao dizer-lhes: “tendes os pés na lama e as mãos na carne. O vosso cheiro é de bairro, de povo, de luta! [...] Queremos que a vossa voz seja ouvida, a qual, normalmente, é pouco escutada”.⁵⁵ Foi neste primeiro encontro que o Papa salientou o protagonismo dos pobres, os quais lutam, estudam, se preparam e se articulam com solidariedade no intuito de “agir em termos de comunidade, de prioridades da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns”⁵⁶. Além do reconhecimento de Francisco da existência dos movimentos populares como expressão da necessidade urgente na revitalização da democracia e participação na economia, elementos que ficaram muito marcantes nesse encontro foram a palavra de ordem dos três “T’s” e o seu incentivo “revolucionário” aos presentes:

Digamos juntos de coração: nenhuma família sem casa [teto], nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém do trabalho. Queridos irmãos e irmãs: continuai a vossa luta, fazei o bem para todos nós. É como uma bênção de humanidade.⁵⁷

No tocante ao terceiro tema, foi de grande destaque o apelo que Francisco fez aos jovens economistas e empresários do mundo todo para o evento “Economia de Francisco”, que ocorreu pela primeira vez em novembro de 2020, de forma remota, devido à pandemia do Covid-19. Francisco teve como intuição um encontro para “re-animar” a economia, que permitisse estudar e pôr em prática uma economia diferente, que levasse ao estabelecimento de “um ‘pacto’ para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã”⁵⁸, tudo dentro de um processo coletivo de mudança global. Na ocasião, o Papa ainda defendia que era

[...] preciso corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito pelo meio ambiente, o acolhimento da vida, o cuidado da família, e equidade social, a dignidade dos

⁵⁵ FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares. Roma, 2014.

⁵⁶ FRANCISCO, 2014.

⁵⁷ FRANCISCO, 2014.

⁵⁸ FRANCISCO. Carta do Papa Francisco para o evento “Economy of Francesco”. Roma, 2019.

trabalhadores e os direitos das gerações vindouras. Infelizmente, ainda não foi ouvido o apelo a tomar consciência acerca da gravidade dos problemas e sobretudo a pôr em prática um modelo econômico novo, fruto de uma cultura da comunhão, baseado na fraternidade e na equidade.⁵⁹

Meses depois, na mensagem de abertura do evento, Francisco expressa a alegria pela acolhida positiva de sua proposta, reafirmando, em consonância com as reverberações dos participantes, que uma nova cultura, a “cultura do encontro” precisa superar a “cultura do descarte”, pois todos precisam, querem e procuram mudanças. Francisco pontua que frente à crise social e econômica que vitimiza tantas pessoas e hipoteca o presente e o futuro, “devemos voltar um pouco à mística [ao espírito] do bem comum.”⁶⁰

Trata-se, de fato, da tarefa inadiável de um pacto que fomenta e estimule modelos de desenvolvimento, progresso e sustentabilidade nos quais as pessoas, e especialmente os excluídos sejam protagonistas de suas vidas e de todo o tecido social. Francisco, que aposta nisso, “aponta o desenvolvimento humano integral como princípio balizador da nova economia, e o faz como algo possível”.⁶¹ Dirigindo-se com esperança aos jovens economistas e empresários, ele se despede recordando que

A história nos ensina que não existem sistemas nem crises que possam anular completamente a capacidade, o engenho e a criatividade que Deus não cessa de suscitar nos corações. Com dedicação e fidelidade aos vossos povos, ao vosso presente e futuro, podeis unir-vos aos outros para tecer um novo modo de fazer a história.⁶²

Considerações finais

A relevância de aproximar Francisco dessa preocupação com os “comuns” reside no fato de ele não falar apenas em nome próprio, mas em nome de uma expressiva multidão de fiéis que professam a fé

⁵⁹ FRANCISCO, 2019.

⁶⁰ FRANCISCO. Mensagem em vídeo do Santo Padre por ocasião do evento internacional "The Economy of Francesco". Assis, 2020.

⁶¹ RAUPP; SUSIN, 2021, p. 209.

⁶² FRANCISCO, 2020.

cristã, resgatando, assim, o papel da Igreja que é chamada a construir uma sociedade mais justa e fraterna.⁶³ Uma expressão como “Igreja em saída”⁶⁴ deixa claro a ideia de que a comunidade cristã possui uma missão que está para além de sua manutenção institucional e de ações pastorais próprias, pois o “mundo aí fora” urge por uma ação significativa e edificante para a humanidade da parte dos seguidores e seguidoras de Jesus Cristo.

É possível notar que um trabalho sociológico importante como o de Pierre Dardot e Christian Laval refletem um verdadeiro serviço dos intelectuais no questionamento às relações sociais e econômicas nas quais o mundo está submetido hoje. A motivação laboral dos autores de que é insustentável se viver num mundo de relações econômicas tão vorazes as quais não medem esforços na apropriação de tudo que está na esfera dos “comuns”, é fruto não apenas de uma elaboração teórica, mas de um processo dialético entre a academia e as experiências de lutas dos movimentos sociais na história. Eles, praticamente, devolvem à sociedade um trabalho de refundação do “comum”, pelo qual tantos grupos têm aplicado suas forças.

A seu modo, e na sua posição como líder de uma organização religiosa de mais de dois mil anos, o Papa Francisco tem se mostrado um grande aliado. É interessante que, motivado pelos sinais do tempo presente e pela proposta da Doutrina Social da Igreja, ele não se limita a pensar o “comum” no seu aspecto meramente moral. Francisco conclama pessoas, grupos e setores de todo o mundo numa convergência de esforços em vista do desenvolvimento integral da vida humana, numa feliz e sadia união entre a ortodoxia e ortopraxis. Francisco é uma voz importante desse século no resgate do “comum”, visto que ele busca estabelecer sintonia com todas as pessoas de boa vontade as quais anseiam um mundo mais junto e igualitário. Ele apoia iniciativas conjuntas, conclama à unidade, chama todos para a participação na esfera das decisões políticas, econômicas, num diálogo fraterno. Tudo isso, não poderia ser outra coisa senão um resgate do “comum”.

Referências

ALMEIDA, André Luiz Boccato de. *Moral Social*. Coleção Iniciação à Teologia Cristã. Petrópolis: Vozes, 2021.

⁶³ DSI 12.86.

⁶⁴ EG 20-23.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nncn885>. Acesso em: 25 set. 2021.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulus, 2020.

_____. *Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus/ Loyola, 2015.

_____. Carta do Papa Francisco para o evento “Economy of Francesco”. Roma, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html. Acesso em: 13 de nov. de 2021.

_____. Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares. Roma, 2014. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html. Acesso em: 13 nov. 2021.

_____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. Mensagem em vídeo do Santo Padre por ocasião do evento internacional "The Economy of Francesco". Assis, 2020. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20201121_videomessaggio-economy-of-francesco.html. Acesso em: 13 nov. 2021.

MACCARI, Vilmar Dal Bó. Contribuição do Papa Francisco à Doutrina Social da Igreja: um percurso de posicionamentos sociopolítico-econômicos. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1646/1323>. Acesso em: 13 nov. 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2001.

RAUPP, Klaus da Silva; SUSIN, Luiz Carlos. A Economia segundo Francisco: aspectos principais do Pensamento Econômico no atual Pontificado a partir da mensagem do Papa aos participantes do evento “The Economy of Francesco”. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 98, p. 199-213, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/52778/pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

TREVISAN, Tiago; WOLF, Elias. A Doutrina Social no magistério de Francisco. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 107-128, jan./abr. 2021. Disponível em:
<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1653/1327>.
Acesso em: 13 nov. 2021.